

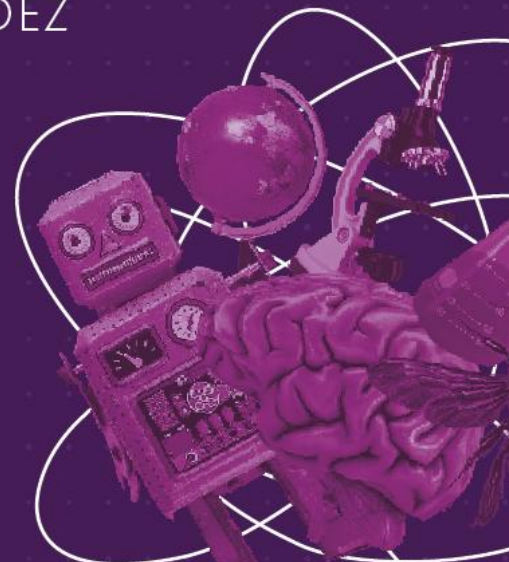
PROCESSOS SUBJETIVOS DA CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE COM A GRADUAÇÃO MEDIANTE A INSTITUIÇÃO DE CRECHE EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO

Professora orientadora: Amanda Maria de
Albuquerque Vaz

Aluna: Maria Heduarda Pires da Silveira

PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC/CEUB

RELATÓRIOS DE PESQUISA
VOLUME 10 Nº 1- JAN/DEZ
2024



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

MARIA HEDUARDA PIRES DA SILVEIRA

**PROCESSOS SUBJETIVOS DA CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE COM A
GRADUAÇÃO MEDIANTE A INSTITUIÇÃO DE CRECHE EM UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pesquisa e Extensão.

Orientação: Amanda Maria de Albuquerque Vaz

**BRASÍLIA
2025**

RESUMO

Esta pesquisa, fundamentada no tripé teórico-metodológico-epistemológico da Teoria da Subjetividade, do método construtivo-interpretativo e da Epistemologia Qualitativa de González Rey, teve como objetivo geral compreender, por meio de um estudo de caso com uma participante, processos subjetivos relacionados à conciliação da maternidade com a graduação mediante a instituição de creche em uma universidade federal. Dessa forma, os objetivos específicos foram: 1) entender, em termos da subjetividade individual da participante, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas envolvidos na conciliação da maternidade com a graduação, 2) analisar a participação, nesses processos subjetivos individuais, da instituição de creche na universidade federal em que a participante estuda, 3) pensar as subjetividades sociais dos diferentes contextos de que ela faz parte, e 4) entender como se articulam essas subjetividades sociais e sua subjetividade individual. A participante foi uma mãe universitária que iniciou seu curso antes da maternidade e que, no decorrer do período de realização da investigação, estava com 22 anos, enquanto seu filho tinha 2 anos. Foram realizados três encontros virtuais pelo Google Meet, em que os instrumentos utilizados para favorecer a expressão múltipla da participante foram a dinâmica conversacional, um indutor audiovisual (o vídeo, presente no YouTube, “Diálogos: Pesquisa aborda dificuldades de ser mãe universitária”) e o complemento de frases. A construção e a análise da informação permitiram pensar sentidos subjetivos e configurações subjetivas, no que tange à subjetividade individual da participante, marcados por experiências contraditórias entre cuidado, hiper-responsabilidade, solidão e não-pertencimento. Entendeu-se que tais experiências eram mobilizadas e alimentadas, em parte, por uma série de desafios subjetivamente configurados no espaço social da universidade enquanto instituição, como, por exemplo, na naturalização da falta de políticas de informação sobre direitos e da ausência de espaços adequados para amamentação. Ainda, entendeu-se que tais experiências eram mobilizadas e alimentadas por uma série de questões presentes nas subjetividades sociais dos demais contextos da participante, como, por exemplo, na naturalização da sobrecarga e do sacrifício supostamente inerentes à maternidade. Assim, a permanência da participante na universidade, mesmo com a abertura da creche, não se sustentou devido à estrutura formal da instituição, mas a uma rede de apoio composta por professoras, colegas e amigas (notadamente mulheres que também eram mães) cujas iniciativas individuais ofereceram suporte ocasional em um cotidiano frequentemente hostil – que era vivido pela participante como demandante da improvisação constante de estratégias para conciliar as demandas acadêmicas e maternas. Concluiu-se que, diante da inexistência ou ineficácia de políticas públicas, a responsabilidade pela continuidade dos estudos recaiu completamente sobre a participante, que, de forma criativa, apesar das ambiguidades, desenvolveu modos próprios de manter seu pertencimento à vida acadêmica mesmo em condições extremas. Por fim, considera-se que o ensino superior, no que envolve a maternidade, é permeado por uma lógica excludente, deslocando para o indivíduo a resolução de questões e de problemas que deveriam ser abordados institucionalmente e coletivamente.

Palavras-chave: subjetividade; maternidade; universidade.

SUMÁRIO

1	Introdução	4
1.1	Contextualização da pesquisa	4
1.2	Objetivos	5
1.2.1	Objetivo geral	5
1.2.2	Objetivos específicos	5
2	Fundamentação teórica	6
2.1	A existência de creches em universidades federais: um breve histórico	6
2.2	A Teoria da Subjetividade de González Rey	7
3	Método	9
3.1	Participante	9
3.2	Local	10
3.3	Instrumentos	10
3.4	Construção do cenário social e demais encontros de pesquisa	11
4	Construção e análise da informação	13
5	Considerações finais	25
	REFERÊNCIAS	26
	APÊNDICE A - Complemento de frases	29
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	30

1 Introdução

1.1 Contextualização da pesquisa

As estudantes mulheres são maioria nas universidades brasileiras em todas as regiões nacionais, com um percentual de 54,6% de presença nesse contexto no território brasileiro como um todo. Desse universo, o percentual de estudantes mulheres com filhos que utilizam os serviços de creche oferecidos pelas universidades federais é de 1,1% (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [Andifes], 2018). A maioria dos trabalhos científicos sobre esse tema se volta a debater os direitos dessas mulheres e a instauração de Unidades de Educação Infantil (UEI); contudo, não se aprofunda na investigação de como elas vivem ser, simultaneamente, mães e estudantes de graduação (Vieira et al., 2019). Assim, a maioria dos trabalhos científicos sobre esse tema também não se aprofunda em como essas mulheres lidam com os obstáculos relacionados à conciliação da criação dos filhos com o estudo (Brito et al., 2021).

Levando em consideração essa lacuna de conhecimento científico e, ainda, a relevância do entendimento da realidade vivida dessas mulheres para a melhoria de práticas de proteção social e de gestão do ensino superior, realizou-se a presente pesquisa, organizada como um estudo de caso fundamentado na Teoria da Subjetividade de González Rey. Dessa maneira, utilizou-se o método construtivo-interpretativo, já que ele forma, junto com a Teoria da Subjetividade e com a Epistemologia Qualitativa, um tripé metodológico-teórico-epistemológico para a compreensão dos processos subjetivos tal como representados por González Rey (Mitjáns Martínez, 2019).

No método construtivo-interpretativo, a construção e a análise da informação ocorrem pela lógica entre indicadores, hipóteses e modelo teórico, em que o pesquisador gera inteligibilidade sobre os processos subjetivos em questão a partir de sua produção e integração de ideias em articulação com sua experiência vivida em campo, junto aos participantes. Os indicadores são as pistas, suspeitas, reflexões criadas pelo pesquisador no decorrer de toda a pesquisa. Dois ou mais indicadores, unidos, conduzem a hipóteses, que são possibilidades explicativas dos processos subjetivos em investigação em uma dimensão mais ampla e profunda. Duas ou mais hipóteses,

integradas, conduzem ao modelo teórico acerca dos processos subjetivos em questão. Dessa forma, a construção e a análise da informação ocorrem com base nas categorias teóricas da Teoria da Subjetividade, utilizada como macroteoria a partir de que nasce uma microteoria sobre os processos subjetivos pensados em cada pesquisa (González Rey, 2005; Lago et al., 2024; Vaz & Mori, 2022). O método construtivo-interpretativo está amparado nos três pilares da Epistemologia Qualitativa, que são: 1) o caráter construtivo-interpretativo da produção de conhecimento; 2) a legitimação do singular como fonte de produção de conhecimento; e 3) o caráter dialógico da produção de conhecimento (González Rey, 2005, 2011).

A participante foi uma mãe universitária que iniciou seu curso de graduação antes da maternidade e que, no decorrer do período de realização da investigação, estava com 22 anos, enquanto seu filho tinha 2 anos. Foram realizados três encontros virtuais pelo Google Meet, em que os instrumentos utilizados para favorecer a expressão múltipla da participante (e, assim, favorecer a emergência de seus processos subjetivos e o levantamento de indicadores) foram a dinâmica conversacional, um indutor audiovisual (o vídeo, presente no YouTube, “Diálogos: Pesquisa aborda dificuldades de ser mãe universitária”) (UnBTV, 2018) e o complemento de frases.

1. 2 Objetivos

1. 2. 1 Objetivo geral

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender, por meio de um estudo de caso com uma participante, processos subjetivos relacionados à conciliação da maternidade com a graduação mediante a instituição de creche em uma universidade federal.

1. 2. 2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos foram: 1) entender, em termos da subjetividade individual da participante, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas envolvidos na conciliação da maternidade com a graduação, 2) analisar a participação, nesses processos subjetivos individuais, da instituição de creche na universidade federal em que a participante estuda, 3) pensar as subjetividades sociais dos diferentes contextos de que ela faz parte, e 4) entender como se articulam essas subjetividades sociais e sua subjetividade individual.

2 Fundamentação teórica

2.1 A existência de creches em universidades federais: um breve histórico

No início da década de 70, acontece no Brasil o movimento de luta por creches, inicialmente com o objetivo de atender a mulher trabalhadora com filhos em idade de amamentação (Vieira et al., 2019). Um marco para os direitos das mães universitárias foi a Lei Federal nº 6.202, de 17 de abril de 1975 (Brasil, 1975), que atribuiu à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, sendo uma das providências o cuidado assegurado à maternidade. Ficou então estabelecido que, a partir do oitavo mês de gestação, a gestante pode usufruir de três meses de afastamento das atividades pedagógicas, ficando assistida pelo regime de exercícios domiciliares, bem como ficando assistida pelo direito à prestação de exames finais. Vieira et al. (2019) argumentam que o desconhecimento dessas informações gera consequências negativas à garantia de direitos; por isso, são necessários seu conhecimento e sua difusão dentro das instituições de ensino superior. O desconhecimento dessas informações tem sido ligado à alta taxa de evasão feminina nas universidades federais, que ocorre principalmente em decorrência da licença maternidade (Andifes, 2018).

As primeiras creches dentro desses espaços começaram a ser inauguradas em 1972. Também conhecidas como Unidades de Educação Infantil (UEI), elas se tornaram um importante suporte social para mulheres servidoras ou estudantes universitárias (Vieira et al., 2019). Segundo os números da Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEI) (2024), em 2024, havia vinte UEIs nas universidades federais.

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação 2014/2024 trazia como um de seus objetivos ampliar a oferta de educação infantil em creches para atender no mínimo metade das crianças de zero a três anos até 2024, pois os números eram de que, em 2013, apenas 27,9% das crianças brasileiras de zero a três anos frequentavam creches (Vieira et al., 2019). Ainda em 2010, com a demanda de políticas de permanência, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7.234 de 2010 (Brasil, 2010), que incluiu em suas medidas o auxílio-creche. No entanto, o PNAES não foi capaz de conter a evasão de estudantes mães no ensino superior devido à demanda ser maior do que a verba disponibilizada para esse fim e,

ainda, devido à falta de vagas em creches públicas provocar filas de espera em cidades de todas as regiões do país, com a necessidade superior ao número de vagas ofertadas (Vieira et al., 2019). Em 2017, foi criado o Projeto de Lei nº 7.187 (Brasil, 2017), com o objetivo de instituir a obrigatoriedade da criação de creches para crianças de zero a três anos em cada um dos novos *campi* de Instituições Federais de Educação Superior (IFES) que vierem a se instalar no País. Desde então, o projeto já foi arquivado, desarquivado e, hoje, se encontra sem manifestação.

Silva (2021) realizou um estudo acerca do acolhimento das crianças que acompanhavam suas mães no cotidiano acadêmico, em que 100% das mães atendidas declararam que o projeto contribuiu para a permanência delas nos cursos de graduação. Assim, a autora explicita o cenário da falta de rede de apoio no período em que elas deveriam estar estudando, uma vez que "(...) quando a mulher universitária também é mãe, ela está sujeita não só às dificuldades de ser mulher e estudante, que já não são poucas, mas também aos obstáculos e vicissitudes do maternar." (Antloga et al., 2023, p. 3)

2.2 A Teoria da Subjetividade de González Rey

Levando em consideração o exposto, é necessário passar à caracterização da Teoria da Subjetividade, visto que esse foi o referencial teórico utilizado na presente investigação. Aqui, a subjetividade se refere à produção singular, por pessoas, grupos e instituições, de modos de viver o mundo, se constituindo na integração entre o emocional e o simbólico nas condições da cultura enquanto processo e sistema complexo (González Rey & Mitjás Martínez, 2017).

As unidades mais básicas e dinâmicas da subjetividade, que emergem em cada ação humana, criando a natureza subjetiva do vivido, são os sentidos subjetivos (González Rey, 2015). Por sua vez, as configurações subjetivas, unidades mais estáveis que correspondem a formações psicológicas, são geradas pela integração de sentidos subjetivos produzidos em diferentes relações, contextos e momentos da experiência de pessoas, grupos e instituições, adquirindo, então, um caráter favorecedor de certos estados psicológicos e de certos modos de viver o mundo (Souza & Patiño Torres, 2019; Vaz & Mori, 2023).

A subjetividade se constitui tanto no nível individual como nos diferentes espaços sociais (González Rey, 2005). Desse modo, a subjetividade individual diz respeito à produção subjetiva da pessoa em seu vivido, enquanto a subjetividade social diz respeito à produção subjetiva daquilo que é compartilhado historicamente e socialmente (Vaz & Mori, 2022). Portanto, a subjetividade social diz respeito a como estão subjetivamente configuradas as representações sociais, os mitos, as crenças, as morais, a sexualidade, os discursos, as linguagens, dentre outras produções culturais, nos diferentes espaços sociais (González Rey, 2017).

Dentre as diversas subjetividades sociais que estão em alimentação mútua entre si e com as subjetividades individuais, qualifica-se como subjetividade social dominante aquela que vem a exercer maior pressão sobre esses outros níveis da subjetividade, adquirindo certa hegemonia na constituição dos processos subjetivos (González Rey & Mitjás Martínez, 2017; Vaz et al., 2025).

3 Método

Este estudo foi realizado com base no método construtivo-interpretativo, que qualifica o processo de produção de conhecimento sobre a subjetividade como um processo complexo e dinâmico em que o pesquisador, a partir da expressão múltipla dos participantes, constrói indicadores, os integrando em hipóteses e em um modelo teórico (González Rey, 2005). Os indicadores são ideias, suspeitas, pistas criadas pelo pesquisador em seu movimento sensível e reflexivo no campo; já as hipóteses são possibilidades explicativas mais amplas e profundas sobre os processos subjetivos em investigação que, organizadas entre si, constituem um modelo teórico a seu respeito (Vaz & Mori, 2022).

A base epistemológica do método construtivo-interpretativo são os três pilares da Epistemologia Qualitativa: 1) o caráter construtivo-interpretativo da produção de conhecimento, que entende a informação de pesquisa como geração teórica e subjetiva do pesquisador, desenvolvida a partir de suas construções e interpretações; 2) a legitimação do singular como fonte para produção de conhecimento, que reside no valor que a criação teórica tem no método construtivo-interpretativo em sua capacidade de, por meio do estudo do caso concreto em suas singularidades, contribuir para a compreensão de processos subjetivos em múltiplos e diferentes contextos, bem como para embasar a ação em compreensões assim engendradas; e 3) o caráter dialógico da produção de conhecimento, que entende que o espaço de pesquisa precisa se conformar como um espaço dialógico, ou seja, como um campo relacional de expressão autêntica e aberta, marcado pelo engajamento subjetivo e pelo interesse genuíno de todas as pessoas que o compõem (González Rey, 2005, 2011; Lago et al., 2024).

3.1 Participante

A participante foi uma mãe universitária que iniciou seu curso de graduação antes da maternidade e que, no decorrer do período de realização do estudo, estava com 22 anos, enquanto seu filho tinha 2 anos. Ela foi recrutada devido a atender aos seguintes critérios de inclusão: ser mulher, ser mãe, ter entre 18 e 35 anos, ter um ou mais filhos de 0 a 3 anos, estar devidamente matriculada em uma universidade federal com creche, e ter começado seus estudos universitários antes de se tornar mãe.

A participante foi captada a partir da divulgação da pesquisa nas redes sociais Instagram, Whatsapp e Facebook e, também, dentro de instituições de ensino superior, com uso de *flyer* digital e impresso. As informações presentes em ambos os formatos de *flyer* eram: título do projeto, convite para participação, descrição dos critérios de inclusão, *link* de um formulário do Google para registro do interesse, e e-mail de contato da pesquisadora para retirada de dúvidas.

Inicialmente, a investigação foi desenhada para contar com duas participantes, e para que todos os encontros de pesquisa fossem feitos em grupo; porém, durante o processo, foi se configurando uma falta de disponibilidade das pessoas que responderam o formulário de interesse, justificada por elas pela sua rotina complexa e pela dificuldade de encontrar um horário em comum para a participação em grupo. Foram feitas várias tentativas, por parte da pesquisadora, de manter a proposta original do estudo, com a pesquisa sendo iniciada três vezes com diferentes grupos de participantes sem que, contudo, elas seguissem nos encontros subsequentes. Assim, veio a se fazer a opção de alterar o desenho da investigação para um estudo de caso com a participante que, efetivamente, seguiu no compromisso previamente estabelecido de estar em todos os encontros.

3.2 Local

A pesquisa ocorreu virtualmente por videochamada, com o uso da plataforma Google Meet. A participante foi instruída sobre a importância de assegurar o sigilo e a privacidade no decorrer dos encontros com a pesquisadora, sendo orientada a adentrar e permanecer na sala do Google Meet utilizando fones de ouvido, bem como se assegurando de estar sozinha em um local silencioso e em que não fosse incomodada.

3.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados tiveram a intenção de, por meio do favorecimento da expressão múltipla da participante, mobilizar sentidos subjetivos e, assim, facilitar o levantamento de indicadores, o desenvolvimento de hipóteses e a organização de um modelo teórico sobre os processos subjetivos em investigação – cumprindo, então, com o entendimento do que são os instrumentos e de como eles devem ser usados na perspectiva do método construtivo-interpretativo (González Rey, 2005; Vaz, 2023).

Dessa maneira, os instrumentos da presente pesquisa foram:

- 1) a dinâmica conversacional, devido ao diálogo em profundidade ser um modo privilegiado de relação com o outro e, assim, de engajamento e de tensionamento subjetivos (Vaz, 2023);
- 2) um indutor audiovisual, definido por González Rey (2005) como produção audiovisual que, por representar e discutir elementos do cenário de vida real dos participantes, os auxilia a se colocar no decorrer da pesquisa sobre o tema e sobre seu vivido. Na investigação, foi utilizado como indutor audiovisual o vídeo, presente no YouTube, “Diálogos: Pesquisa aborda dificuldades de ser mãe universitária” (UnBTV, 2018);
- 3) o complemento de frases (Rossato & Mitjáns Martínez, 2017), que consiste em um instrumento composto por várias frases inicialmente incompletas que os participantes, então, completam de modo espontâneo, aberto e livre, e a partir de que se segue uma dinâmica conversacional. O complemento de frases tem valor enquanto instrumento por permitir o deslocamento dos participantes por diferentes áreas e contextos de suas vidas em termos de produção subjetiva, concedendo ao pesquisador, assim, uma maior riqueza de expressão múltipla para pensar sobre os processos subjetivos em estudo (González Rey, 2005). As frases incompletas utilizadas no complemento de frases criado para o estudo se encontram no Apêndice A deste relatório.

3.4 Construção do cenário social e demais encontros de pesquisa

A construção do cenário social de pesquisa corresponde à primeira etapa da investigação fundamentada no método construtivo-interpretativo, tendo como objetivo envolver os participantes no estudo a nível de sentido subjetivo e, ainda, favorecer a constituição de uma comunicação e de uma relação dialógicas com o pesquisador (González Rey, 2005). Assim, a construção do cenário social de pesquisa é vital para o pesquisador começar a levantar indicadores e, também, para o pesquisador definir o rumo de seus próximos passos (Vaz, 2023).

Na presente pesquisa, o encontro voltado à construção do cenário social se utilizou, como instrumentos, do indutor audiovisual acima caracterizado e, ainda, da dinâmica conversacional. Primeiramente, o indutor audiovisual foi apresentado e, em seguida, passou-se à dinâmica conversacional, favorecida com o uso das seguintes perguntas disparadoras: 1) "como é, para você, conciliar a maternidade com a vida universitária, e de que forma essa experiência impacta seus sentimentos, percepções e

escolhas no dia a dia?"; e 2) "ao assistir ao vídeo, quais aspectos mais ressoam com a sua experiência pessoal, e de que forma eles te fizeram refletir sobre os desafios e significados da sua trajetória como mãe e universitária?".

Ressalta-se que o encontro de construção do cenário social de pesquisa, por ser o marco de início da investigação, foi precedido pela leitura e pelo preenchimento, via Google Forms, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B).

Posteriormente, ocorreram mais dois encontros de pesquisa, em que foram usados, como instrumentos, a dinâmica conversacional e o complemento de frases. No segundo encontro de pesquisa, contou-se unicamente com o dinâmica conversacional, facilitada pelo uso das seguintes perguntas disparadoras: 1) "quais desafios e possibilidades você encontra no seu percurso como mãe universitária, e como esses aspectos influenciam a maneira como você se percebe e se relaciona com os outros?"; e 2) "de que forma suas experiências como mãe universitária influenciam a maneira como você enxerga seu futuro pessoal e profissional?". No terceiro encontro de pesquisa, iniciou-se com o complemento de frases e, com base no que a participante colocou nesse instrumento, foi constituída a dinâmica conversacional.

Cada um dos três encontros de pesquisa acima apontados teve duração aproximada de 1 hora. Todos os encontros de pesquisa foram gravados em áudio e transcritos para auxiliar na construção e na análise da informação do estudo.

4 Construção e análise da informação

No método construtivo-interpretativo e na Epistemologia Qualitativa, devido à produção de conhecimento pelo pesquisador se articular na lógica de levantamento de indicadores, desenvolvimento de hipóteses e organização de um modelo teórico sobre os processos subjetivos em estudo, os resultados e a discussão das investigações são criados em conjunto, subvertendo a lógica positivista de que dados são primeiramente coletados como resultados para então virem a ser discutidos. No entendimento de González Rey (2005, 2011), o recorte de um aspecto do fenômeno pesquisado como um dado é sempre fruto da capacidade especulativa, criativa e interpretativa do pesquisador de significar a realidade, de modo que não há resultado passível de estar separado de algum grau de discussão. Assim, nesta seção do presente relatório, em vez do título “resultados e discussão”, utilizou-se o título “construção e análise da informação”, nomenclatura própria do método construtivo-interpretativo que visibiliza esse posicionamento metodológico-epistemológico (Lago et al., 2024). Segue, portanto, o estudo de caso sobre Ana (nome fictício), de 22 anos, estudante universitária mãe de Carlos (nome fictício), de 2 anos.

No primeiro encontro de pesquisa, voltado à construção do cenário social, Ana se mostrou bastante compenetrada ao ouvir sobre a investigação e ao assistir o vídeo selecionado como indutor audiovisual, prestando bastante atenção em todo esse processo. Após a exibição da produção audiovisual e mediante as perguntas disparadoras trazidas pela pesquisadora para favorecer a dinâmica conversacional, ela trouxe:

Tem uma amiga minha que ganha neném agora, eu acho que ela vai perder o período. Porque ela perdeu duas VAs [verificações de aprendizagem], né? Que, lá na faculdade, fazem três, e ela perdeu duas. E até hoje ela não conseguiu resolver isso. E a coordenadora do curso falou que talvez ela ia perder o período. Então, por lei, ela não pode perder. Por lei, está resguardado. Mas os coordenadores falam isso pra ela? Não falam. E, se ela não for procurar saber, ela nunca vai saber. (...) Como mãe, concordei com tudo que ela [a pessoa entrevistada no vídeo] falou. Eu acho que eu concordei muito com ela. A parte do recém-nascido é a mais difícil, porque a faculdade não tá nem aí se você vai conseguir cuidar do seu recém-nascido ou não. Eu voltei pra

faculdade com 40 dias [de nascimento de Carlos], então ele ficava com a babá em casa e, quando ia amamentar, a babá levava ele na faculdade. Eu tirava o leite e, às vezes, o leite não dava, e ela tinha que levar ele na faculdade. E, aí, ela levava. Mas não tinha lugar pra amamentar. Era qualquer lugar. Não tinha onde eu tirar o leite e guardar o leite em algum lugar.

A partir dessa expressão de Ana, desenvolveu-se um indicador sobre a subjetividade social dominante das universidades federais no que envolve, no contexto da maternidade, a garantia do amparo obrigatório colocado em legislação: há, nesses espaços, um silenciamento naturalizado de informação, seja no que diz respeito à sua falta ou à sua omissão. Isso gera, tanto em uma dimensão de condições objetivas concretas materiais quanto em uma dimensão subjetiva, a manutenção da desigualdade de acesso, permanência e cumprimento dos direitos de estudantes mães nessas universidades.

Mais do que isso, tal ausência de posicionamento institucional – ou, ainda, tal posicionamento ativo das instituições em ocultar a existência e o acionamento de mecanismos de proteção social – incorre, de fato, em uma tomada indireta de direitos. Assim, a falta da disseminação e discussão dessas leis e dessas possibilidades em âmbito coletivo se converte em uma série de obstáculos significativos para as estudantes mães universitárias. Mesmo que elas se mobilizem para permanecer nas universidades federais diante dessas adversidades (como, no caso de Ana, em seu retorno para a universidade 40 dias após o nascimento de Carlos, criativamente gerando estratégias para continuar estudando, tirando leite, recebendo o filho na sala, contando com ajuda de uma babá), quando a responsabilidade pelo entendimento e pela defesa de seus direitos recai exclusivamente sobre elas mesmas, reforça-se uma lógica que trabalha em prol de sua exclusão do ensino superior, colocando para cada estudante universitária mãe, individualmente, a realização de ações que deveriam ocorrer também no âmbito social.

Ao falar sobre sua rotina de conciliação da maternidade com a vida universitária, refletindo sobre como essa experiência a impacta e mobiliza no dia a dia, Ana trouxe:

Não tenho forças nem pra chorar mais, segue o baile. E nem tempo pra chorar. Tipo, é muito cansativo, muito estressante. Mas quando... Eu estresso muito na faculdade. Então, quando eu pego Carlos, é a hora que meu estresse já tá num

nível muito alto. Então, eu tenho que me controlar muito. Porque ele não tem culpa de nada. Nem pediu pra nascer. E, a hora que ele chega, ele já chega louco. Porque ele já fica: “mãe, mãe, mãe”. Porque ele já ficou o dia inteiro longe da mãe. Então, é muita pressão, né? Porque a gente tem que ir bem na faculdade. A gente tem que cuidar da casa. A gente tem que cuidar da criança. Então, a pressão é muita. Tipo, pressão de fora, das pessoas, da gente, né? É pressão da gente mesmo. Lembrando que a gente tem que ser uma boa mãe, tem que ser uma boa aluna, tem que ser uma boa dona de casa. E, às vezes, a gente se frustra muito porque a gente vê a casa de ponta cabeça, a criança chorando porque não quer tomar banho, não quer comer, a faculdade, você não sabe o que você faz, se você estuda a aula que já passou, se você estuda para o trabalho que tem que apresentar.

Com base nessa expressão de Ana, levantou-se como indicador que ela subjetiva a sobrecarga de seus múltiplos papéis como necessidade de desempenhar todos simultaneamente bem, mesmo à beira do colapso, mesmo sem ter tempo e suporte para viver o que sente e necessita. Essa produção de sentidos subjetivos se articula à subjetividade social dominante das universidades federais no que envolve a cobrança, explícita ou velada, por produtividade, por desempenho e por performance, independente das circunstâncias de vida das estudantes universitárias mães. Ana busca constantemente ser destaque, já tendo sido monitora e, atualmente, participando de liga acadêmica e procurando se sobressair sempre que possível. Seu desgaste extremo convive com o esforço permanente de se afirmar como estudante e futura profissional.

Além desse indicador, desenvolveu-se outro, referente à contradição existente, nos processos subjetivos de Ana, entre a necessidade de ser apoiada e de descansar, e a necessidade de construir um futuro que ela qualifica como melhor para ela e para seu filho. Ana subjetiva a si mesma como principal responsável não apenas pela própria performance acadêmica, mas também pelo futuro do filho, gerando sentidos subjetivos em que, para ela, as oportunidades do filho dependem diretamente de suas escolhas e de seus esforços no presente: “Se Deus quiser, daqui cinco anos, a gente vai estar rico. Eu espero um trabalho bom, né? Uma estabilidade boa. Eu pretendo ficar morando na [a participante mencionou o nome da cidade em que reside], né? Tem mais oportunidade, tanto para o Carlos, quanto para mim.” Assim, sua identidade e seu

autovalor seguem configurados subjetivamente dessa maneira mesmo diante das implicações de todas as suas tarefas e metas em sua vida social: “Porque não tem como eu deixar ele dormindo e sair. Ele é um bebezinho. (...) Até chegar nessa fase dos 15 anos, olha o tanto de tempo que eu perdi. Em casa, sem ter contato com outras pessoas.” Para tentar minimizar esse impacto, Carlos é incluído nas atividades de Ana sempre que possível: “Eu sempre gosto de levar ele também. Porque ele fica muito preso, né? Tipo, creche e vai pra casa, creche e vai pra casa. (...) Então, sempre que tem a oportunidade de sair e levar ele, eu sempre o levo.” Ana mostra que, mesmo diante das restrições, busca garantir ao filho experiências que ultrapassam a rotina limitada entre creche e casa, em uma tentativa de ampliar o mundo dele e, ao mesmo tempo, conciliar a própria necessidade de corresponder às suas (altas) expectativas sobre si mesma com a necessidade de fazer-se socialmente presente.

Nesse ínterim, Ana reconhece que sua condição de mãe de uma criança pequena redefine radicalmente sua forma de se relacionar socialmente, inclusive em experiências que, para colegas de universidade sem filhos, são cotidianas e acessíveis. Ela aponta que, ainda que goste de levar Carlos sempre que possível, essa dinâmica acaba restringindo sua vida social em possíveis relacionamentos de diferentes tipos, algo incomum para uma estudante universitária de 22 anos. A perda não é apenas de convívio, mas também de oportunidades de *networking*, elemento importante dentro da trajetória universitária que estabelece o início da vida profissional com pessoas da mesma área e/ou de áreas similares.

Essas questões objetivas materiais concretas e os processos subjetivos de Ana ao vive-las são significativamente mais perniciosas, em termos de saúde e de cuidado, por estarem articuladas, também, à subjetividade social dominante no que tange à gênero no Brasil. Em nosso território, a existência da mulher – especialmente quando é mãe – é configurada subjetivamente como uma existência que deve ser naturalmente devocional, que deve naturalmente se manter em constante e permanente autossacrifício solitário para cumprir com todas as demandas, particularmente na relação com o outro e no âmbito doméstico. Nessas relações entre a subjetividade individual de Ana e as subjetividades sociais discutidas, hipotetiza-se que ela produz sentidos subjetivos marcados pelo cobrar-se e pelo exigir-se, em que ela atribui mais peso a si mesma do que à dimensão social em termos de seu desempenho; mesmo que,

contraditoriamente, Ana tenha certa crítica acerca da participação dessa dimensão na organização de seus contextos (como será visibilizado mais adiante no presente estudo de caso).

Dessa maneira, o investimento acadêmico é subjetivado por Ana não apenas como um investimento em si própria, mas como um legado para seu filho. A busca por estabilidade e ascensão profissional se configuram subjetivamente para ela como estratégia para garantir a ele um futuro diferente daquele marcado pelas dificuldades que ela enfrenta. Essa ideia tomou forma a partir das expressões já apresentadas e, também, mediante algumas frases do complemento de frases. À frase “Quando penso no meu futuro, eu penso em...”, Ana respondeu “ficar rica”; e, à frase “O que mais me preocupa é...”, Ana respondeu “meu filho”. Compreende-se, então, que ela circula entre diferentes tempos: o presente atravessado pela exaustão e o cotidiano da dupla jornada, e o futuro idealizado como reparação e conquista, tanto para si quanto para Carlos. Desenvolveu-se como indicador que, em termos de sentidos subjetivos, para Ana, “ficar rica” não se limita nem se caracteriza primordialmente pela ascensão financeira. Esse desejo, em seus processos subjetivos, tem a ver com a possibilidade de garantir estabilidade e melhores condições para Carlos.

Com os indicadores apresentados até o momento, criou-se também a hipótese de que todas as dimensões da vida de Ana são configuradas subjetivamente pela maternidade como tema dominante, de maneira que seus projetos pessoais e maternos se entrelaçam e se tornam indissociáveis. Além disso, gerou-se a hipótese de que a exaustão de Ana não se reduz à fadiga física, mas constitui subjetivamente uma forma de sentir e de estar no mundo, organizando seus processos subjetivos em um experimentar da vida marcado por paradoxos entre cuidado e hiper-responsabilidade – particularmente porque ela, além de ser mãe solo, não tem rede familiar de apoio na cidade em que mora. Na geração de sentidos subjetivos de Ana, as pressões de ser simultaneamente boa mãe, boa estudante e boa dona de casa se acumulam e se integram, compondo um cenário em que o fracasso em qualquer uma delas leva às experiências subjetivas de frustração e de insuficiência. Devido à dominância do tema da maternidade, essa configuração subjetiva também marca sua postura com o filho, de forma a Ana se cobrar estabelecer uma separação entre os problemas acadêmicos e o papel de mãe, não transferindo a ele o peso de suas dificuldades. Contudo, ela traz o

quanto sua ausência durante o dia é sentida por Carlos, que a procura insistentemente quando a reencontra. Assim, tal configuração subjetiva favorece a produção de sentidos subjetivos de autopressão e autojulgamento, com Ana se sentindo responsável não apenas pelo seu desempenho em geral, mas também por todas as questões e por todos os processos do filho.

Nos desafios enfrentados especificamente no contexto universitário, Ana encontra em professoras, colegas e amigas mulheres – ressalta-se, particularmente em mulheres que também são mães – um espaço que rompe parcialmente com a já caracterizada lógica institucional de silenciamento, de ocultamento e de invisibilização. Essas relações funcionam como um contraponto às barreiras já debatidas, sendo subjetivadas por Ana como ponto de acolhimento diante de todo o percurso de ser estudante universitária mãe:

A coordenadora, ela é muito... Como que eu vou poder explicar? Ela entende muito essa situação, porque ela também foi mãe na época que ela fez faculdade. Então, ela entende o que todas as mães passam. Por mais que ela tenha que ir pelo lado da faculdade, né, por ser coordenadora do curso, e tal, mas ela entende. (...) Os professores não se incomodam de levar as crianças. Eles sabem, né? A maioria das professoras são mulheres e são mães, né? Então, elas entendem a dificuldade, e nunca vi nenhum caso de pedir para tirar a criança da sala.

Assim, construiu-se como indicador que, na subjetividade social dominante das universidades federais, a permanência de estudantes mães nesses espaços não é sustentada pela estrutura formal das instituições, mas sim por laços afetivos com professoras, amigas e colegas que organizam redes informais de apoio. Contudo, enfatize-se o quanto é problemático que esse acolhimento não se dê por meio de políticas institucionais ou garantias formais, mas por posturas de indivíduos que ocupam posições de poder e de prestígio dentro das universidades federais. A continuidade e a conclusão dos estudos de mães universitárias, nesse espaços, não deveria depender das características pessoais de quem está em certos cargos; deveria ser assegurada por mecanismos estruturais mobilizadores de condições de equidade. Se Ana encontrou algum suporte em mulheres em posição de poder e de prestígio que compartilham de sua experiência em algum grau, muitas estudantes universitárias mães em situação

semelhante não encontram esse respaldo, já que a ausência de processos institucionais faz com que cada trajetória dependa, de maneira muito questionável, do olhar particular de quem detém certos cargos e, ainda, de relações individuais que poderiam muito facilmente não existir ou deixar de existir. Contudo, entende-se que Ana subjetiva essas relações como zonas de respiro dentro de um cotidiano frequentemente hostil:

Inclusive, com o Carlos, eu já apresentei trabalho várias vezes com ele no meu pé, porque tem aula só de seminário, né? E essa aula de seminário era depois que ele saía da creche. Então, cinco e meia começava a aula, a minha amiga que estudou comigo, a gente ia correndo, a gente voltava, e já tinha que estar na aula novo, já ia correndo. Mas aí, nessa parte que eu saía, que tinha aula cinco e meia, ele ainda era bebezinho, então, ele ainda me obedecia. Ele não ficava se debatendo igual ele fica agora. Então, onde eu colocasse ele, ele ficava. Que é igual ela [a pessoa entrevistada no vídeo] falou, né? Depois que cresce, a criança não fica mais, ela não te obedece. E, quando é bebezinho, você coloca no berço, ele vai ficar lá de boa, tranquilo, não vai encher o saco de ninguém, mas depois que cresce, que começa a andar, acabou o sossego dele. Mas, aí, nessa parte que era a aula de cinco e meia, aí, era mais tranquilo, porque a professora que dava aula de seminário era de [a participante relatou o nome da disciplina, que se conecta ao universo infantil]. E aí, então, ela ficava com ele no colo. Ela aproveitava ele mais que todo mundo. E todo mundo acha bom levar menino pra faculdade. Só a mãe que fica incomodada, mas todo mundo acha bom. Aí, ele ficava nessas aulas, né? E ficava de boa, que era rapidinho. Era, tipo, meia hora, depois tava todo mundo em casa. Aí, era mais tranquilo de levar ele. Mas, aí, o resto é isso. Na maior parte do tempo que eu fico na faculdade, ele tá na creche. E ainda bem que nessa [disciplina mencionada anteriormente], ela [a professora] participava, porque se não fosse... Porque já ia ter trancado a faculdade, já começa aí, né?

Mediante o mal-estar, o incômodo vividos por Ana na situação acima compartilhada, produziu-se o indicador de que a lógica institucional de silenciamento, de ocultamento e de invisibilização das universidades federais, no que envolve estudantes mães universitárias, favorece a produção de sentidos subjetivos acerca desses espaços de não-pertencimento. Essa configuração subjetiva está em contradição

com algumas de suas falas de resistência, como “Se eles falarem alguma coisa, eles sabem o que eu vou falar. Falo assim: ‘e aí? O que eu faço? Será que eu tranco minha faculdade?’”. Em termos subjetivos, esse movimento ambivalente visibiliza que, embora reconheça a necessidade de ajuda e sinta irritação com as condições que lhe são impostas pela falta de estrutura da universidade, para Ana, permanece, subjetivamente, a sensação de estar atrapalhando. Assim, mesmo ao receber apoio, ela experimenta o não-pertencimento: precisa da ajuda, sabe que precisa, mas configura subjetivamente essas circunstâncias como se ela ocupar um espaço fosse sempre desconfortável para o outro. Aqui, retoma-se o indicador previamente qualificado de que Ana, em sua produção subjetiva, no que tange ao cobrar-se e ao exigir-se, atribui mais peso a si mesma do que à dimensão social em termos de seu desempenho, ainda que, paradoxalmente, ela mostre, como visibilizado nessas expressões, certa crítica acerca da participação dessa dimensão na organização de seus contextos.

Nesse ínterim, ela trouxe:

Ana: O Carlos nasceu no meu último dia de prova. No terceiro período, porque eu engravidei no final do segundo, e ele nasceu no último dia de prova do terceiro período.

Pesquisadora: Como é que foi isso?

Ana: Eu fiz a prova cedo, e ganhei ele às 17 horas. Na segunda [segunda-feira da semana da prova], eu falei: “esse menino vai ficar dentro dessa barriga até eu fazer a última prova”. E dito e feito, ele ficou dentro da barriga até eu fazer a última prova.

Pesquisadora: Mas você chegou a ter contração, tipo assim, durante a prova, alguma coisa assim?

Ana: Sim.

Pesquisadora: Meu Deus...

Ana: Dá vontade de rasgar a prova no meio e sair correndo. Eu não queria fazer mais prova, não.

Aqui, criou-se como indicador que a escolha de Ana de continuar a prova e finalizar o semestre se vincula à configuração subjetiva já caracterizada, em que o cobrar-se e o exigir-se envolvem uma grande autopressão e um grande autojulgamento; e, simultaneamente e contraditoriamente, envolvem também um desejo por avançar

na vida; mesmo quando esse avanço pode representar um grande risco, como no adiamento do momento do parto. Essa postura de Ana, orientada subjetivamente por essa configuração dominante, se repete durante os anos seguintes da graduação – como no contexto do estágio clínico obrigatório de seu curso, em que ela utiliza estratégias pragmáticas, criativamente inventadas por ela própria, para conciliar o cuidado com o filho e as exigências de higiene e protocolo desse ambiente (como o uso de várias camadas de roupas, protetores e higienização rigorosa). Aqui, retoma-se um indicador, anteriormente levantado, referente à subjetividade social dominante das universidades federais em suas demandas explícitas e implícitas de que as estudantes universitárias mães devem dar conta de tudo, independentemente de seu estado e das condições dos espaço universitários para dar sustentação à execução das suas atividades.

No caso de Ana, essa experiência não se limita a episódios isolados, mas torna-se uma marca de seu percurso na graduação como um todo – especialmente levando em consideração que, em sua subjetividade individual, Ana vive essas situações com a necessidade de se afirmar em termos de produtividade, desempenho e performance, apesar da ausência de políticas institucionais sensíveis à maternidade. No contexto particular de seu curso de graduação, que exige aulas em laboratórios e estágios clínicos, com regras rigorosas de uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), risco de contaminação e protocolos restritos de segurança, típicos das áreas da saúde e das ciências biológicas, Ana se encontra em um cenário precário de constante transição entre papéis que não conversam entre si e que não são abarcados por estrutura nenhuma da universidade. Ela alterna de forma abrupta – e, muitas vezes, improvisada – entre estar no lugar de uma estudante em formação que precisa cumprir práticas de atendimento, e entre estar no lugar de uma mãe lactante cuja prioridade imediata é responder às necessidades do filho:

E, aí, eu tinha clínica, né? Atender paciente. Sair, deixar a minha dupla atendendo o paciente, ir lá pra recepção e ir dar mamá. E a professora ficava louca, né? Porque eu tava lá em cima, na cara do paciente, e ia com a mesma roupa dar mamá. Só que o que eu fazia? Eu colocava duas blusas, um sutiã e tipo um protetor no bico. Eu chegava na porta da clínica, eu jogava álcool assim, ó, em mim tudo, do pé à cabeça [demonstra com gestos].

Entende-se que, nessas circunstâncias, Ana produz sentidos subjetivos de urgência, preocupação e convicção de que o cuidado com o filho é prioridade, mesmo diante das rígidas expectativas acadêmicas. Entende-se, também, que ela produz sentidos subjetivos vinculados a um movimento constante de negociação de si mesma nos dois papéis – e, ainda, entre os dois papéis; algo que, pensa-se, acrescenta consideravelmente à sua exaustão.

Outra questão fundamental, na trajetória de Ana, envolve sua realidade de morar sozinha em uma cidade em que não tem família próxima, tendo, portanto, que reinventar constantemente sua rede de apoio, ou requisitar e avaliar se sua mãe, que reside na cidade vizinha, pode ajudar em momentos de urgência. Na mesma cidade em que Ana reside, também vive o pai de Carlos – pai que se coloca em um lugar de ausência e de negligência, considerando sua responsabilidade com o filho como um favor para a mãe, não demonstrando nenhum respeito para com ambos:

Ana: E, uma vez... O pai do Carlos costuma ir pra academia à noite, então, eu pedi pra ele, três vezes, pra ele ficar com o Carlos nos dias que eu tinha aula à noite. Aí, na hora que ele ficou, ele esqueceu que tinha que buscar ele. Aí, eu tive que ligar e falar assim: “olha, o Carlos não tá deixando assistir aula, você tem que ir buscar ele”. Aí ele falou assim: “vixi, eu esqueci, tô indo”. Pegou o menino, levou pra academia e trancou ele na brinquedoteca sozinho.

Pesquisadora: E não tinha ninguém cuidando dele?

Ana: Não tinha ninguém. Era uma brinquedoteca de vidro. Então, ele tava conseguindo ver ele. Mas não tinha ninguém na brinquedoteca. Tava só o Carlos dentro da brinquedoteca. Não tinha uma criança, não tinha um responsável olhando ele lá dentro. Só tava o pai olhando de longe pelo vidro.

Pesquisadora: E vocês têm algum acordo judicial? Alguma coisa que resguarde seu direito?

Ana: Nada. Só de boca. E, aí, sabe o que ele virou pra mim e falou? “É só você não me pedir pra ficar”, com essas palavras, é só não precisar ficar com ele, que ele acha que é um favor para mim ele ficar com o filho dele. A responsabilidade do Carlos é só minha. Ele não tem responsabilidade nenhuma além de pagar pensão, que não vale nada a pensão. E, aí, foi isso que ele falou. Aí, eu nunca mais queria. Eu me viro do jeito que dá para me virar.

Pesquisadora: Você mora em outra cidade que não é da sua família e o pai mora na mesma cidade?

Ana: É, a mesma cidade.

Pesquisadora: Mas não atua em nada?

Ana: É a mesma coisa de morar em outra cidade.

Com base nessa expressão de Ana, levantou-se o indicador, acerca da subjetividade social dominante no que tange à gênero no Brasil, de que a paternidade é, em muitos casos, vivida pelos pais como opção incômoda que se pode simplesmente recusar, e não como uma responsabilidade que deveria ser compartilhada equanimemente com as mães. Essa lógica reforça a ideia de que cuidar do filho é tarefa exclusiva da mulher, enquanto o homem pode decidir quando e se deseja estar presente, visibilizando a assimetria de gênero nas práticas parentais. Enquanto a mãe precisa reorganizar todas as áreas de sua vida em função do filho, o pai atua como se a responsabilidade paterna fosse uma escolha ocasional, marcada pela conveniência e pelo descaso. Essa ausência e essa negligência paternas ampliam ainda mais a rotina de exaustão de mulheres como Ana, que assumem sozinhas não apenas os cuidados básicos, mas também toda a carga objetiva e subjetiva da criação dos filhos. A fala “é só você não me pedir para ficar” demonstra como o pai não se reconhece como parte do núcleo familiar, agindo de maneira quase punitiva com a mãe.

Ao longo dos encontros, Ana relatou que Carlos, inicialmente, frequentava uma escola particular localizada do outro lado da cidade. Apesar de não dispor de meios de transporte na época, ela encontrava maneiras de garantir a permanência do filho naquele espaço. Com o tempo, o pai, que até então custeava financeiramente essas possibilidades, decidiu não arcar mais com as despesas, evidenciando que a educação de Carlos não possuía para ele a mesma centralidade que para Ana. Além da retirada da escola particular, o pai também interrompeu a participação do filho nas aulas de natação – decisões que reverberam diretamente na vida da criança e, ainda, no que envolve a preocupação de Ana de tentar levar Carlos para todas as suas oportunidades de socializar, já que o universo do filho se restringe à casa e à creche. Entende-se que essas condições materiais objetivas concretas, nos modos pelos quais são subjetivadas por Ana, envolvem sua já caracterizada configuração subjetiva dominante de cobrar-se e

exigir-se atribuindo um peso maior a si mesma em seu desempenho do que à dimensão social, engendrando experiências subjetivas de hiper-responsabilidade e de solidão:

Porque, se não tivesse aonde ele [Carlos] ficar, eu ia ter que voltar para [a participante falou o nome de sua cidade natal]. Aí, eu ia ter que arrumar um serviço, trabalhar e esquecer a faculdade. Se não tivesse com quem ele ficar, como é que ia fazer, né? Porque mãe é mãe, pai é pai.

Entrelaçando os indicadores apresentados nos últimos parágrafos, produziu-se como hipótese que, em último caso, objetivamente e subjetivamente, a alternativa de muitas mães ainda é o abandono dos estudos, já que a permanência acadêmica depende quase sempre de arranjos informais e instáveis. Conforme afirmado anteriormente, se todas as etapas e todos os processos da experiência materna são marcadas por obstáculos que não são contemplados em nenhuma medida pela estrutura das universidades federais, o que se comunica, indiretamente, é que mães não são bem-vindas nem relevantes nesses espaços. Desde a gestação, quando direitos previstos muitas vezes não são cumpridos, passando pela amamentação, em que faltam espaços adequados, até a primeira infância, a experiência materna se produz objetivamente e subjetivamente como atravessada por muitas barreiras. A ausência de políticas efetivas reforça a ideia de que o cuidado com os filhos é uma responsabilidade privada e solitária, deslocada inteiramente para a mãe. Há, portanto, muito a se discutir sobre as lacunas institucionais que não apenas negligenciam a realidade de estudantes universitárias mães, mas reforçam a exclusão feminina do ensino superior.

5 Considerações finais

Levando em consideração as particularidades e as restrições deste estudo, sem pretender esgotar o tema ou chegar a conclusões definitivas e enrijecidas, entende-se que a construção e a análise da informação permitiram pensar nuances e tendências dos processos subjetivos envolvidos na conciliação da maternidade com a graduação em universidades federais com creches. Os objetivos específicos propostos foram contemplados, uma vez que foi feita a exploração dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas que organizam essa experiência na integração entre a dimensão individual e a dimensão social, de modo plural, da subjetividade.

À guisa de síntese, evidencia-se o modelo teórico decorrente da realização da presente pesquisa. Foi possível compreender que a permanência de estudantes mães em universidades federais com creche, de modo problemático, não se ancora em políticas institucionais, muitas vezes desconhecidas, ocultadas, ausentes ou insuficientes, mas principalmente em redes de apoio informais e em custosas estratégias individuais de resistência e de enfrentamento por parte dessas estudantes, favorecendo a configuração subjetiva dessa trajetória em paradoxos entre cuidado, hiper-responsabilidade, solidão e não-pertencimento. Ressalta-se que a ausência de estrutura adequada, como a não-existência ou a limitação de espaços para cuidado e amamentação, bem como a precarização de serviços e o suporte desigual por parte dos pais, geram uma rotina de sobrecarga que atravessa todas as etapas e todos os processos da experiência acadêmica e materna de estudantes universitárias mães. Reforça-se a necessidade de ampliar a discussão sobre a inclusão delas nas universidades federais, por meio de políticas institucionais efetivas. A ampliação desse debate e dessas práticas contribui para fortalecer a luta por direitos, explicitando que a conciliação entre maternidade e educação superior não deveria depender apenas da iniciativa individual, mas da construção coletiva de espaços acadêmicos mais sensíveis e mais capazes de sustentação dessas demandas.

Para pesquisas futuras, sugere-se trabalhar com mais participantes, inclusive de diferentes instituições e regiões, investigando comparativamente as condições objetivas concretas materiais e os processos subjetivos nesses distintos contextos.

REFERÊNCIAS

- Antloga, C. S., Monteiro, R. A., Bentes, A. M., Cassimiro, E. C., & Assunção, F. S. (2023). Percepção de danos físicos, psíquicos e sociais no trabalho de ser mãe universitária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253141>
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). (2018). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduando(as) das IFES. Andifes. <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>
- Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUEFI). (2024). Rede Nacional Primeira Infância - RNPI: uma visão geral. <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2024/12/EBOOK-RNPI.pdf>
- Brasil. (1975). Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm
- Brasil. (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Brasil. (2017). Projeto de Lei nº 7.187. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir a criação obrigatória de creche em cada um dos novos campi de Instituições Federais de Educação Superior que vierem a se instalar no País. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2126450>
- Brito, Q. H. F., Avena, K. M., Portilho, E. M. L., Pereira, M. A., & Quintanilha, L. F. (2021). Maternidade, paternidade e vida acadêmica: impactos e percepções de mães e

pais estudantes de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 45(4), e233.
<https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.4-20210309>

González Rey, F., (2017). *O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito*. Vozes.

González Rey, F., (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Cengage Learning.

González Rey, F. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Cengage Learning.

González Rey, F. L. (2015). A saúde na trama complexa da cultura, das instituições e da subjetividade. In F. L. González Rey & J. Bizerril (Orgs.), *Saúde, cultura e subjetividade: uma referência interdisciplinar* (pp. 9–33). UniCEUB.

González Rey, F., & Mitjás Martínez, A. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Alínea.

Lago, A. C. P., Mori, V. D., & Vaz, A. M. A. (2024). Reflexões sobre a subjetividade social de um órgão público e da administração pública brasileira a partir de sua configuração na subjetividade individual de um servidor. *Revista Trabalho (En)Cena*, 9(Contínuo), e024039. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024039>

Mitjás Martínez, A. (2019). Epistemologia Qualitativa: dificuldades, equívocos e contribuições para outras formas de pesquisa qualitativa. In A. Mitjás Martínez, F. González Rey, & R. Valdés Puentes (Orgs.), *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: discussões sobre educação e saúde* (pp. 47-70). EDUFU. <https://edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/epistemologia-qualitativa-e-teoria-da-subjetividade-discussoes-sobre>

Rossato, M., & Mitjás Martínez, A. (2017). A metodologia construtiva-interpretativa como expressão da Epistemologia Qualitativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. *Atas CIAIQ 2017*, 1, 343-352.

- Silva, C. A. (2021). Mães e universitárias: contribuições de projeto assistencial para a permanência na universidade. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/5959>
- Souza, E. C., & Patiño Torres, J. F. P. (2019). A Teoria da Subjetividade e seus conceitos centrais. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 3(1), 34-57. <https://doi.org/10.14393/OBv3n1.a2019-50574>
- UnBTV. (2018, 9 de outubro). *Diálogos: Pesquisa aborda dificuldades de ser mãe universitária* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4bUW14ynx2k>.
- Vaz, A. M. A. (2023). *A configuração subjetiva do tornar-se psicoterapeuta: reflexões sobre a dimensão teórica e a graduação em Psicologia*. [Dissertação de Mestrado em Saúde, Clínica e Avaliação Psicológica]. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Universitário de Brasília – CEUB. Repositório Institucional do CEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/17617>
- Vaz, A. M. A., & Mori, V. D. (2022). Configurações subjetivas da psicoterapia em sua divulgação no Instagram: reflexões sobre a atuação do psicoterapeuta. *New Trends in Qualitative Research*, 15, e759. <https://doi.org/10.36367/ntqr.15.2022.e759>
- Vaz, A. M. A., & Mori, V. D. (2023). Research in psychotherapy and Theory of Subjectivity: care as its foundation. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 33, e3331. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3331>
- Vaz, A. M. A., Mori, V. D., & Campolina, L. O. (2025). Cuidado em Psicologia e subjetividade social: representações, práticas e possibilidades. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 25, 135-148. <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/470>
- Vieira, A. C., Souza, P. B. M., & Rocha, D. S. P. (2019). Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. *Revista Cocar*, 13(25), 532-552. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2172>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Complemento de frases

Ser mãe e estudar é...

Na universidade, eu me sinto...

O que mais me cansa é...

Eu gostaria que as pessoas soubessem que...

Quando penso no meu futuro, eu...

O que mais me preocupa é...

Conciliar a maternidade e a universidade me faz sentir...

Gostaria de ter mais apoio em...

O momento mais difícil do meu dia é...

Ser mãe na universidade significa...

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“Processos subjetivos de mães universitárias: a conciliação da maternidade com a graduação mediante a instituição de creches nas universidades federais”

Instituição proponente: CEUB

Pesquisadora responsável (professora orientadora): Amanda Maria de Albuquerque Vaz

Pesquisadora assistente (pesquisadora em campo): Maria Heduarda Pires da Silveira

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade), você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitada a preencher os campos em branco e assinalar o campo “Aceito.”

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- Você está sendo convidada a participar desta pesquisa, cujo objetivo é entender como é ser, ao mesmo tempo, mãe e estudante de graduação de uma instituição federal de ensino superior com creche.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em realizar três encontros presenciais de cerca de uma hora de duração cada um, em que você será convidada a entrar em conversas sobre o tema e sobre sua vida, a assistir a vídeos e a preencher, com a primeira coisa que lhe vier à cabeça, algumas frases incompletas.
- Os procedimentos do estudo são, assim, participação em diálogos, assistir a vídeos e preencher frases incompletas.
- Está prevista a utilização de gravação de áudio dos encontros de pesquisa.
- A pesquisa será realizada on-line, pela plataforma Google Meet.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos mínimos, como mobilização e desconforto emocionais
- Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito à assistência (imediata, integral e sem ônus) a você, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2).
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou poderá interromper sua participação a qualquer momento.
- Com sua participação nesta pesquisa, você poderá conversar sobre um tema que você vive. Além disso, você poderá contribuir para maior conhecimento sobre como é ser, ao mesmo tempo, mãe e estudante de graduação de uma instituição federal de ensino superior com creche.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma dos pesquisadora da equipe de pesquisa.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras da equipe de pesquisa e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Amanda Maria de Albuquerque Vaz com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo, serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. O horário de atendimento do CEP-UniCEUB é de segunda a quinta: 09h às 12h30 e 14h30 às 18h30.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Ao marcar o campo “Aceito.”, presente abaixo, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeita com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os danos possíveis, entre em contato com a pesquisadora responsável Amanda Maria de Albuquerque Vaz pelo e-mail amanda.avaz@ceub.edu.br e/ou com a pesquisadora assistente Maria Heduarda Pires da Silveira pelo e-mail maria.heduarda@sempreceub.com.

(Após o texto acima, o Google Forms referente ao TCLE apresentava dois campos para serem preenchidos pela participante: um referente a seu nome completo e, outro, referente a seu RG. Por fim, seguia-se a frase “Após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo”, abaixo de que a opção “Aceito.” foi devidamente marcada pela participante).